



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1
2
3 A vigésima reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório
4 da SERGS, Travessa Engenheiro Acylineo de Carvalho, nº. 33 – 6º andar – Centro Histórico,
5 Porto Alegre – RS, às quatorze horas, no dia dezessete de abril do ano de dois mil e treze.
6 **Compareceram os conselheiros:** Carlos Fernando Niedersberg - Secretário de Estado do
7 Meio Ambiente – SEMA – Presidência; José Mendel, SOP – vice-presidência –
8 representante; José Luis Barbosa – Secretaria dos Transportes – SEINFRA – representante;
9 Margarete Vasata – SEPLAG – representante; Julce Clara da Silva – Secretaria da Saúde –
10 representante; Valmir da Rosa Silveira – Secretaria Energia, Minas e Comunicação –
11 SEINFRA – representante; Carlos Alberto Prade – Secretaria da Ciência, Inovação e
12 Desenvolvimento Tecnológico – representante; Luciane Sant’Anna Peralta – Casa Civil –
13 representante; Tânia Zoppas – Comitê Cai – suplente; Renato Zenker, Comitê Camaquã –
14 titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari – Antas – titular; Mário Rangel, Comitê Gravataí –
15 suplente. **Ausentes:** Secretaria da Agricultura; Secretaria do Desenvolvimento, e Promoção
16 de Investimentos – SEDAI; Sistema Nacional de Meio Ambiente; Sistema Nacional de
17 Recursos Hídricos; Comitê Ijuí; Comitê Tramandaí; Comitê Ibicuí; Comitê Piratinim.
18 **Ausência Justificada:** Comitê Lago Guaíba; Comitê Alto Jacuí e Comitê Turvo. **Demais**
19 **participantes:** Raquel Reisdorfer, Comitê Ijuí; Verushka Xavier, Comitê Pardo; Mário Damé,
20 Comitê Camaquã; Diego Polacchini Carrillo, FEPAM; Nelson Stuart, SEHABS; Cezar Dal
21 Bosco, SEFAZ; Volnei da Conceição Picolotto SEHABS; Rafael Eckert; DRH/SEMA; Tiago
22 Brasil Loch, DRH/SEMA; Patrícia Moreira Cardoso DRH/SEMA; Silvério Neto, SOP; Guido
23 Bamberg, SOP; Éderson Machado dos Santos - SOP; Arno kayser, Comitê Sinos, Heloísa
24 Helena Fiori, DRH/SEMA; Carmem Lúcia Silva e Margarete Willers Bremm, Secretaria
25 Executiva do CRH/RS. **Presidente Carlos Fernando Niedersberg:** abriu a reunião se
26 apresentando como novo Secretário de Meio Ambiente e Presidente do CRH e passou a
27 palavra para o Diretor do DRH, Marco Mendonça. **Marco Mendonça:** boa tarde a todos, nós
28 queríamos informar pra quem ainda não sabe e lamentamos profundamente que o servidor
29 da Sema que cumpria a função de Secretário Executivo deste conselho, faleceu em um
30 trágico acidente no domingo passado. Estamos aqui apresentando as nossas condolências
31 e informando que no próximo sábado, às dezessete horas, haverá uma missa de sétimo dia
32 na Catedral Metropolitana, para aqueles que quiserem participar. Lourenço Corrêa era
33 servidor da Sema há alguns anos, ele andava por todos os comitês do interior do estado,
34 estava cumprindo a função de Secretário Executivo do CRH há alguns meses e foi com
35 muita consternação que recebemos a notícia. **Presidente Carlos Fernando Niedersberg:**
36 como é o do conhecimento de todos a pauta é única e bastante difícil, porque é aquela coisa
37 de dividir o pão quando ele é escasso. Recebemos uma comunicação da Secretaria da
38 Fazenda, nos comunicando que a soma dos recursos previstos para a utilização do FRH
39 pela Sema, SOP, SEHABS e SDR somaria sessenta e sete milhões de reais. Levando em
40 conta que no ano passado o exercício total permitiu trinta milhões e que esse ano, no
41 primeiro trimestre entrou apenas sete milhões. A fazenda alerta de que provavelmente
42 esses sessenta e sete milhões previstos não possam ser executados, simplesmente pela
43 ausência desse recurso no fundo. Então a gente tem dois caminhos a debater aqui, na
44 minha opinião devem ser paralelos e conjuntos: um é de ver essa previsão junto a SEFAZ,
45 existem informações de alguns membros de comitê de que provavelmente o ingresso de
46 receita seja bem superior. Esse primeiro montante de sete milhões é baixo, devido a ser um
47 período que a geração é baixa, também a geração de energia elétrica aqui no estado nas
48 hidrelétricas e provavelmente isso aumente no próximo trimestre do ano e
49 conseqüentemente esse valor, se não chegar aos sessenta e sete milhões, mas chegue
50 mais próximo disso, do que dos trinta milhões do ano passado. Eu acho que temos que
51 fazer essa discussão com a SEFAZ e ver quanto conseguimos aproximar do nosso desejo
52 da realidade e ao mesmo tempo, se preparar pra situação mais difícil de realmente termos
53 um recurso bem inferior ao previsto e, portanto fazermos uma discussão madura aqui entre



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 as quatro secretarias envolvidas, ver quais são os projetos prioritários para utilização desse
55 recurso e a pedido da Fazenda, que eu acho que é justo, que esse comitê defina a
56 aplicação do recurso existente, seja ele o máximo, seja ele o mínimo. Temos que definir
57 quais são as prioridades para utilização desses recursos. Inicialmente era isso que eu queria
58 considerar, a pauta é essa, gostaria de ver se o Marco Mendonça que tem tocado a frente o
59 DRH gostaria de complementar, senão deixo aberta a palavra aos demais conselheiros.
60 **Marco Mendonça:** cabe ao conselho decidir como proceder a distribuição dos recursos com
61 base nessas informações e discutir também outros parâmetros em relação à
62 suplementação. **Heloísa Fiori:** Marco, eu acho que deve ser colocado neste conselho a
63 discussão em cima do relato da CTPA, que encaminhou ao conselho pra ver realmente que
64 posição tomar em relação à Secretaria da Fazenda, como se dirigir a Fazenda, antes de
65 decidir a distribuição dos recursos. Teve uma reunião da CTPA na qual eu fui relatora e foi
66 acordado que, em cima desse relato se faria a discussão neste conselho, que forma,
67 atendendo o que foi discutido na CTPA, de que forma mais política possível, encaminhar a
68 Secretaria da Fazenda algum documento e uma manifestação deste conselho, antes de
69 discutir a distribuição propriamente dita. É muito prematuro discutirmos uma distribuição, se
70 há uma série de questões em aberto, com ponto de interrogação. Então que seja discutido
71 em cima desse relatório. **Mário Rangel:** tivemos uma reunião da CTPA, onde isso foi
72 discutido e uma funcionária da Fazenda que levou essa notícia. Na realidade o nosso
73 orçamento não é sessenta e sete milhões, mas sim quarenta e oito milhões. Esses
74 dezenove milhões foi uma complementação solicitada pela Secretaria de Obras e que foi
75 aceita, ela foi aprovada, só que não foi repassado em virtude desse contingenciamento de
76 verbas agora para 2013. Nós indagamos a funcionária, ela não soube nos precisar
77 exatamente como está o fundo, inclusive a gente questionou os valores do fundo. Fizemos
78 aquele trabalho todo do orçamento, não somente em cima do que vai ser arrecadado, mas
79 do que já foi arrecadado, que está no fundo e ela não soube nos precisar isso. Em primeiro
80 lugar tem que haver discussão de como vamos encaminhar isso a Fazenda, não
81 simplesmente: ah, vamos cortar gastos! Vamos ver o que é prioridade, não que isso não
82 venha a ser tratado a posteriore, mas num primeiro momento seria isso, do meu ponto de
83 vista. E o que a gente tratou lá na CTPA é, de indagar a fazenda a quanto anda os recursos,
84 quanto realmente tem de fundo e o que pode ser arrecadado antes de fazer esses cortes,
85 fazer essa readequação. Essa é uma visão que a gente teve, não sei se os outros que
86 estavam presentes na CTPA tem esta mesma visão. Me parece que a explanação feita lá
87 pela funcionária ficou muito a desejar, porque ela disse uma coisa, uma hora disse outra e
88 com relação a essa suplementação de vinte milhões, uma hora ela disse que estava tirando
89 do fundo, depois estava tirando esse valor, que esse valor tem que ser descontado trinta
90 milhões e ia sobrar dez milhões. Então ficou uma confusão e eu sugiro que o conselho,
91 através do secretário, envie um ofício pedindo esclarecimento e até a gente se possível ter o
92 saldo do fundo para saber o que realmente tem. Sabemos que no final do ano passado foi
93 assinada uma portaria em que o governo pegar diversos fundos, mas essa mesma
94 funcionária disse que o Fundo de Recursos Hídricos não foi afetado porque é de uma
95 legislação federal. Então a gente não sabe realmente qual é a situação desse recurso e pra
96 início de discussão temos que partir desse ponto **Presidente Carlos Fernando**
97 **Niedersberg:** A premissa de maiores esclarecimentos com certeza é necessária, inclusive
98 temos aqui um representante da SEFAZ e eu proporia que, na medida de suas
99 possibilidades, nos ajudasse a esclarecer o conteúdo dessa nota que recebemos. **Cezar Dal**
100 **Bosco:** eu passei a acompanhar a questão do fundo há pouco tempo. Primeira questão que
101 temos que colocar é a seguinte: se tem orçamento anual. Dentro desse orçamento a gente
102 tem sempre a previsão de recurso, no caso os recursos hídricos têm lá a previsão
103 orçamentária, só que para a liberação do recurso, até explicando a questão do e-mail
104 enviado pela Fazenda, esses recursos têm que estar efetivamente ingressado, isso é uma
105 coisa, para o ano corrente, para o ano de 2013. Como o senhor falou, tem passivo potencial
106 de anos anteriores, são recursos do fundo ingressados e não utilizados. Agora, assim como



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 o orçamento, quando se contingencia o próprio orçamento do ano, isso tem que ficar bem
108 claro, mais ainda está contingenciado o orçamento de ano anterior que não foi utilizado. Ele
109 está lá escriturado, na contabilidade, só que os senhores todos sabem que o estado tem um
110 déficit gigantesco e na questão do caixa, os recursos do bolo todo são efetivamente
111 utilizados para o fechamento das demais contas públicas. Então repito: o orçamento do ano
112 passado, o recurso não utilizado fica escriturado contabilmente; agora o dinheiro pra
113 repasse não existe, assim como não está existindo já o desse ano, já está trabalhando
114 novamente com déficit. Então essa dificuldade eu queria deixar bem clara aqui para os
115 senhores e fico disposição para esclarecimentos ou alguma dúvida. **Presidente Carlos**
116 **Fernando Niedersberg:** uma dúvida: fala que o recurso ingressado esse ano seria possível
117 para o orçamento desse ano. Então a gente só teria um orçamento possível no final do ano?
118 É só lá que vai ser ter o ingresso desse recurso. **Cezar Dal Bosco :** Não, a medida que ele
119 for entrando. **Presidente Carlos Fernando Niedersberg:** Ele é disponibilizado
120 trimestralmente? **Cezar Dal Bosco:** isso. **Presidente Carlos Fernando Niedersberg:** Você
121 há de convir que a dificuldade de planejamento é total num caso desses, não tem como
122 antever quanto vai entrar, nenhuma possibilidade de fazer uma discussão e depois consiga
123 executar esse recurso. **Cezar Dal Bosco:** Mas se tem como fazer estimativa, como foi
124 colocado para o senhor secretário, tem como fazer entre os órgãos uma repartição desse
125 recurso, conforme previsão.....(inaudível). **Presidente Carlos Fernando Niedersberg:** era
126 isso que eu tinha entendido do documento e a minha compreensão do documento é que no
127 momento a gente poderia trabalhar com algo em torno de trinta milhões, mas com a tua
128 colocação não tive essa visão. **Cezar Dal Bosco:** se fizer uma previsão de trinta milhões,
129 mas o ingresso for de vinte, vai passar dez, depois fecha a cota no final do ano. Não é só o
130 FRH que tem esse problema, são vários fundos no estado. **Mário Rangel:** aqui o nosso
131 problema é o FRH. Eu queria fazer uma colocação. A funcionária que esteve lá disse o
132 seguinte: tem previsão de trinta milhões pra ser executado, só que essa suplementação que
133 foi pedida pela Secretaria de Obras terá que ser descontada desses trinta milhões. Então na
134 realidade o fundo estaria com uma previsão de dez milhões, pra executar em torno de
135 quarenta e oito milhões que tinha sido planejado. Então veja bem, cria-se uma situação de
136 total *inexequibilidade*
137 de qualquer tipo de ação, de projeto, a respeito dos recursos hídricos. Só pra complementar,
138 isso prejudica até mesmo o próprio caixa do Governo, que tranca todos os investimentos
139 que precisa de recursos hídricos. Por exemplo: na bacia do Sinos nenhuma licença
140 ambiental é dada porque o plano não está pronto. Enquanto não tiver recurso pra terminar o
141 plano, não vai ter licenciamento, empresários não fazem seus investimentos, não entram
142 impostos para o Governo. Então eu acho que existe um grande entrave, entendo a tua
143 posição, mas essa posição é muito fraca. Acho que a Fazenda, o Secretário tem que chegar
144 e dizer: é isso, isso e isso. Veio o senhor, veio a outra funcionária e só deixa mais dúvidas
145 na cabeça da gente e vejo que tudo não está claro. **Daniel Schmitz:** nesses últimos dez
146 anos que se tem participado de reuniões do CRH, essa temática do Fundo de Recursos
147 Hídricos é sempre muito quente, acalorada, porque pelo visto os escassos recursos que
148 vem ao governo, todo mundo quer chegar nele, porque eles estão ali teoricamente
149 disponíveis, vem de uma origem federal e deveriam estar disponibilizados a isso, porque ele
150 é de um fundo específico de investimentos. Sendo um fundo específico de investimentos,
151 ele tem uma rubrica, um carimbo específico de aplicação, em que ele deveria ter no mínimo
152 as prioridades. Quando se fala em trabalhar com um potencial gerador de energia que é o
153 que vai fazer o caixa, o senhor falou que a Fazenda está preocupada com o fluxo de caixa
154 do governo, no planejamento fluxo de caixa é uma questão que não vem ao encontro,
155 vamos dizer assim: a liberação do recurso é fluxo de caixa, contudo o planejamento, a
156 destinação, as rubricas de aplicação dos projetos que estão é outra situação e isso que está
157 a questão do entrave inicial do processo, recuar e dizer que em três meses teve isso é dizer
158 assim: meu fluxo de caixa na vai ser alterado, não vai mudar, vai ficar nesses sete milhões
159 iniciais, que não é uma verdade na sua totalidade. Temos um histórico de entrada, temos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 um passivo do recurso que tem uma dotação pra ser aplicado nos recursos hídricos e a
161 gente entende que esses recursos deveriam ser priorizados pras políticas de gestão de
162 recursos hídricos, como está aqui. Talvez o entender da deliberação, a relação que a
163 Fazenda está fazendo e a gente reconhece o esforço que deve ser pra conseguir atender o
164 fluxo de caixa, não deva influenciar na questão da definição do planejamento com a
165 utilização de um recurso que é especial, que nem é atingido pela lei da Assembleia
166 Legislativa, do final do ano passado, que diz de acessar aos fundos do governo do estado,
167 porque é um recurso de origem federal. Acho que é a partir daí que temos que começar a
168 conversar, não desconsiderar que há todo um histórico de anos do fundo, que há um
169 passivo, que há projetos que não foram implementados, que há uma necessidade que está
170 lá descrita e que esse conselho é o conselho gestor do processo tem regramento da forma
171 de deliberação sobre isso. **Marco Mendonça:** aqui tem uma dúvida que o Mario colocou e
172 que talvez não tenhamos visto com maior clareza. O orçamento para 2013 era quarenta e
173 oito milhões e seiscentos mil; chegou a informação de que estava em sessenta e sete
174 milhões, portanto essa diferença seria uma suplementação pra Secretaria de Obras. Então,
175 o que não foi esclarecido? Digamos que sejam trinta milhões que vai ser o global
176 arrecadado do fundo, esses dezessete milhões vão entrar dentro desses trinta, ou não vão?
177 Como vai ser? Essa é uma discussão, porque se entrar sobra um pouco mais de dez
178 milhões pras quatro secretarias apresentarem os seus projetos, vamos ter que enxugar de
179 quarenta e oito pra dez, se ele não entrar, esses dezessete eu enxugo de quarenta e oito
180 pra trinta. Essa é uma questão que se está discutindo, vamos precisar dessa informação
181 bem clara da fazenda, de qual é a previsão. **Nelson Stuart:** Gostaria de sugerir que fosse
182 mantido o percentual inicial, com as respectivas distribuições, que foi aprovado inicialmente
183 por este conselho. **Presidente Carlos Fernando Niedersberg:** primeiro temos que definir o
184 nosso encaminhamento aqui, se vamos fazer já o debate da repartição ou se vai ficar só
185 num debate de esclarecimento e discussão com a Fazenda. Essa é a minha opinião
186 pessoal, obviamente essas duas premissas são indispensáveis. Temos que ter um
187 esclarecimento melhor da Fazenda sobre o que eles estão dizendo, há dúvidas, a própria
188 Fazenda não consegue, nos momentos em que se pronunciou, não conseguiu deixar claro
189 qual é o encaminhamento dado, não tem esse esclarecimento. Segundo, a partir desse
190 esclarecimento fazer a discussão com a Fazenda e com o Governador, se vai ser isso
191 mesmo, se há possibilidade de ampliar o fundo em função do seu passivo potencial, em
192 função do seu histórico de não aplicação e aí o que nos resta aqui decidir, se além desses
193 dois encaminhamentos que tem que ser feitos, se a gente também já parte pra um
194 planejamento de situação, ou seja, não vamos ter o recurso desejado, não vamos ter o
195 dinheiro desejado, vamos trabalhar em princípio com essa idéia de trinta milhões, que para
196 minha leitura do documento, diz que é provavelmente em torno disso que teremos de
197 recurso pra esse ano. Então, a decisão primeira que a gente tem que tomar nesse conselho
198 é se a gente parte já pra discussão no dia de hoje, ou aguarda esclarecimentos e discussão
199 com a Fazenda. O meu temor, eu entendo que é difícil a discussão de repartição de pão
200 quando ele é pouco, mas por outro lado, se a gente esperar muito tempo pra fazer isso, a
201 discussão vai resultar do quê? Quando a gente definir quanto se tem de pouco para gastar,
202 não se consiga gastar. A gente sabe a dificuldade que é de executar um orçamento, não é
203 apenas obter ele, de executar. Se a gente deixar essa discussão pra junho, maio, a
204 probabilidade de não dar tempo de gastar o pouco que a gente vai conseguir é grande.
205 Então eu fico bastante na dúvida da gente hoje simplesmente tirar o encaminhamento de:
206 vamos pedir esclarecimentos, vamos discutir, não vamos definir nada de aplicar os trinta
207 milhões. Particularmente eu gostaria que a reunião hoje, pra além dessas coisas que são
208 óbvias, de pedir esclarecimentos, fazer a discussão com a Fazenda e Governo, iniciasse a
209 discussão de como dividir trinta milhões. Essa é uma posição pessoal, obviamente está
210 aberto ao plenário tomar essa decisão. **Mário Rangel:** eu vejo que a tua preocupação é
211 pertinente, eu acho válida, só que a gente não sabe com que vai trabalhar, porque lá na
212 CTPA a funcionária da Fazenda disse o seguinte: que na realidade, dos trinta milhões são



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

213 retirados daí os dezessete milhões, que foi aprovado da suplementação direto pra SOP.
214 Então a gente não sabe se é trinta milhões ou é dez milhões? Então não adianta discutir
215 quais projetos vão ser prioritários, se a gente não tem essa resposta. Infelizmente vamos ter
216 que aguardar essa posição da Fazenda. **Presidente Carlos Fernando Niedersberg:** a
217 minha leitura do documento é diversa dessa, pode não esclarecer a questão se os
218 dezessete estão ou não, enfim, me pareceu um monte de coisa. Mas ela deixa bem claro
219 que qualquer SRO daqui em diante só vai ser atendida a partir da decisão desse conselho.
220 Eu acho que a gente deixa hoje um cheque em branco, não ter nenhuma definição de
221 aplicação de recurso, significa deixar a Fazenda até essa definição ser tomada, atender ou
222 não as SROs que desejar, sem que este conselho dê qualquer opinião. **Daniel Schmitz:** eu
223 gostaria de fazer uma colocação e um encaminhamento; a colocação é com relação ao
224 orçamento. O orçamento passou por este conselho, passa anualmente a prestação de
225 contas, deve passar prestação de contas da aplicação dos recursos do FRH, passa por este
226 conselho a deliberação do orçamento, a programação do orçamento para o ano seguinte,
227 para o próximo exercício da aplicação dos recursos desse fundo e todo e qualquer recurso
228 que for sair desse fundo, obrigatoriamente tem que passar por este conselho. Eu gostaria de
229 deixar claro e colocado em ata, que qualquer recurso que não for recurso que estava escrito
230 e deliberado por este conselho, é de simples desconhecimento dele e é um ato irregular do
231 governo em aplicá-lo dessa forma. Se assim o fizer, está cabendo o risco dos rigores da lei,
232 porque isso é muito claro no processo, passa por este conselho a deliberação e qualquer
233 recurso que não foi votado, ele não passou aqui, então ele não pode ser aplicado. Não quer
234 nem saber se é dezessete, quinze, vinte milhões, que tem a mais, não passou aqui. Se não
235 passou, não acessa o FRH, ponto. Não quero discutir na minha opinião essa posição. Com
236 relação aos encaminhamentos, a CTPA se reuniu e nós tivemos leituras sobre o produto
237 que foi feito da CTPA, eu gostaria que a CTPA desse a sua opinião, porque ela se debruçou
238 e ela tem feito nos últimos três, quatro anos, um trabalho muito produtivo, com a
239 participação dos comitês, das secretarias de estado na condução da deliberação sobre a
240 utilização dos recursos do Fundo. É importante que essa CTPA, que é quem tem o domínio
241 da construção disso, faça essa explanação pra enriquecer, até pra tirar dúvidas que possam
242 estar acontecendo, que ela já fez uma leitura, pode nos dar um encaminhamento que a
243 gente possa fazer. Essa é a minha sugestão. **Cezar Dal Bosco:** vou reforçar o que eu já
244 tinha falado, desconhecer que o estado trabalha com déficit, não é possível. O estado
245 trabalha com déficit e isso acaba gerando problemas em todas as áreas, inclusive no FRH,
246 que não é o único onde tem esse problema. Isso é uma coisa que tem que ficar bem claro: o
247 Estado trabalha com déficit e não é a partir desse ano ou do ano passado, trabalha com
248 déficit há décadas e essa questão dos recursos aplicados em uma outra área, pegando um
249 exemplo, o Governo está se esforçando pra atender a Saúde e não tem conseguido até o
250 momento. Ali também faltam recursos e no bolo vai faltando um pouquinho no setor A, no
251 setor B, no setor C, acaba faltando num geral e aí cada um, claro, vai ter o seu problema. A
252 questão que foi sugerida, que foi colocada e eu concordo, é que tem um valor ali que foi
253 sugerido pelo subsecretário, na questão dos valores a serem utilizados esse ano e acho que
254 a função do conselho aqui é definir uma deliberação sobre a repartição desse recurso, se
255 vai ficar em dezessete milhões ou não com as Obras, isso o conselho tem que definir.
256 Talvez eu não tenha me feito entender muito bem, mas nós temos o orçamento desse ano
257 pra executar e o que está lá no orçamento, que os senhores colocaram de sessenta e seis
258 milhões, me parece que o recurso que vai entrar não é nem perto disso aí. Então o próprio
259 orçamento desse ano já está defasado. Os senhores estão colocando “mas tem lá o recurso
260 do ano anterior, o passivo potencial”. Tem sim, eu repito: escritural, aí depende muito mais
261 da política de aplicação desse recurso aqui por diante, do que da existência desse recurso,
262 porque na prática em termos de caixa, ele não existe. Isso tem que ser levado em
263 consideração sempre, não só para o FRH, não é um problema aqui da Fazenda, não é
264 problema nenhum com relação a qualquer fundo, agora como o estado trabalha com déficit,
265 esses problemas acabam sempre surgindo. **Renato Zenker:** houve durante a reunião da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 CTPA alguns apontamentos e eu gostaria que o presidente da CTPA esmiuçasse o relatório
267 que foi feito, o que foi sugerido, a que seja discutido aqui, eu não estou vendo ninguém
268 discutir. Por exemplo: houve um orçamento, votado pelo conselho e que houve uma
269 solicitação posterior e que não passou por aqui. Então essa emenda do orçamento que foi
270 passado pelo conselho, a sugestão nossa é que não seja discutido, a não ser que o
271 conselho aprove essa emenda posterior e aprovação do orçamento. E também os
272 apontamentos que foram feitos de determinados itens que foram utilizados e que o objeto
273 não estava claro no relatório, eu acho que tem passar para a CTPA os objetos de cada
274 gasto que tiver ali, por exemplo: existe uma citação de estradas: o que tem que ver estradas
275 com nosso sistema de recursos hídricos? Tem que ser explicado o objeto, isso não está
276 bem claro. Essas são algumas ponderações que foram feitas e discutidas dentro da Câmara
277 Técnica e eu não estou achando oportunidade de colocarmos ponto a ponto do que foi
278 sugerido ao conselho na intenção de ser votado, ou decidido pelo menos, ou então dizer:
279 não, isso aí não serve e o que nós vamos decidir é outra coisa bem diferente. **Mário**
280 **Rangel:** vou colocar aqui algumas decisões que constam nesse relato aqui pra... (presidente
281 interrompeu). **Presidente Carlos Fernando Niedersberg:** Mário, se tu me permites, eu
282 acho que se for fazer um esclarecimento da CTPA partindo do pressuposto da leitura prévia,
283 acho que a maneira mais fiel é fazer a leitura. **Mário Rangel:** isso foi encaminhado a todos.
284 **Presidente Carlos Fernando Niedersberg:** por isso eu parti desse pressuposto. **Mário**
285 **Rangel:** são sete pontos pra serem encaminhados a esse conselho. Então eu acho que nós
286 aqui, enquanto conselheiros, temos que tomar uma posição. O que vamos fazer? Vamos
287 fazer como o secretário colocou, vamos para o plano B já de cara? Eu não sei, da minha
288 parte eu acho isso, não ineficaz, mas se não tiver o recurso lá, não adianta nós aqui
289 ficarmos discutindo qual é o plano B. **José Mendel:** temos que encaminhar um pedido de
290 esclarecimentos para a Fazenda, com prazo para resposta. **Presidente Carlos Fernando**
291 **Niedersberg:** primeiro e segundo itens acho que é consenso nessa reunião. Pedir os
292 esclarecimentos pra Fazenda e fazer em paralelo uma discussão com o Secretário da
293 Fazenda e com o Governador sobre o orçamento, ninguém aqui tem dúvida, isso vai ser
294 feito, ponto. A única dúvida é se, além disso, hoje a gente acerta uma discussão sobre a
295 possível utilização de trinta milhões, que o Cezar reforça que provavelmente seja o que está
296 sendo proposto pela Fazenda, ou não, se a gente aguarda os esclarecimentos, etc.etc. Volto
297 a dizer, o temor que eu tenho é que a gente perca tempo pra executar os trinta milhões lá na
298 frente. Se há um consenso, uma maioria nesse plenário de que a gente deve aguardar, não
299 tem problema nenhum. Independente dos prazos, a gente não pode permitir que eles
300 ultrapassem a próxima reunião do conselho. Mas no mínimo, a gente vai perder esse tempo
301 até a próxima reunião do conselho. **Mário Rangel:** acho que vai ao encontro do que o
302 secretário está colocando, a única coisa que a gente pode fazer em cima desse valor, que
303 tanto poder dez, pode ser vinte, pode ser trinta, é os percentuais que constam da lei. Aí sim,
304 pela resolução nº. 44 de 2007 que serão distribuídos 55% para a SEMA, 35 para a SEHABS
305 e 10% para pagamentos gerais, aí sim, aí eu concordo, se isso aí vai ser colocado, se faz
306 isso. Isso em termos percentuais, agora em termos de valores nós não temos como falar em
307 valores, se nós não sabemos quais são os valores. **Presidente Carlos Fernando**
308 **Niedersberg:** pode ser um tiro no próprio pé, uma vez que esses percentuais são muito
309 favoráveis pra SEMA, 55%, eu acho temerário trabalhar no abstrato, preferia ver projetos;
310 quais são os projetos mais relevantes para o Estado para utilização desse recurso, não um
311 pressuposto de que a SEMA é mais importante pra utilização desses recursos. Pode ser
312 ruim pra eu dizer isso, eu preferia analisar o projeto, ver pra que é esse dinheiro. **Daniel**
313 **Schmitz:** eu acredito que o orçamento desse ano foi feito sob essa luz. Então se ele foi feito
314 sob essa luz, deve seguir sob esse processo. Qualquer alteração e novo processo de
315 planejamento que for feito de qualquer forma, ele deverá ser trabalhado com outra
316 realidade. Essa realidade foi construída assim, então ele deve obedecer aquilo que já foi
317 decidido. Senão nós estamos decidindo uma coisa, depois voltando atrás, depois muda e
318 perdemos um pouco o sentido. **Mário Rangel:** a CTPA fez um trabalho muito competente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

319 com os comitês e as secretarias pra definir os projetos. A gente não pode numa reunião
320 simplesmente começar a discutir o que é bom, o que é ruim, o que serve, o que não serve.
321 Tem que fazer um estudo também, a gente tem que ver lá dentro da CTPA, levar essa
322 discussão de volta aos comitês e as secretarias e decidir. E acho que isso não vai ser
323 decidido nesse momento. **Presidente Carlos Fernando Niedersberg:** eu sinto que estou
324 completamente isolado na posição de discutir aqui hoje, acho que há um consenso mais que
325 majoritário da gente encerrar a reunião, tendo esses dois encaminhamentos:
326 esclarecimentos e discutir. **Daniel Schmitz:** três encaminhamentos, eu gostaria que tivesse
327 um terceiro encaminhamento: que os percentuais fossem obedecidos. Mas eu acho que é
328 uma deliberação que está aqui, porque o que veio da CTPA, não está sendo avaliado, se é
329 aquilo é aquilo. Eu acho que tem que reforçar isso. **Marco Mendonça:** conselheiros, tem
330 uma situação, uma angústia. Na nossa parte nós já temos processos em fase de licitação,
331 que estão aguardando justamente a liberação de SROs pra que eles dêem andamento, por
332 exemplo: o próprio plano do Sinos, como foi citado aqui. E pra nós é complicado a gente
333 ficar com essa perspectiva de uma discussão que pode levar aí maio, junho. Então eu fico
334 angustiado por isso, porque temos vários processos, tem quatro licitações que já estão na
335 fase final, têm mais três que a Celic diz que só vai fazer se tiver a SRO liberada. Então nós
336 já estamos com um gargalo nesse sentido, o que a gente poderia fazer? Já tem o recurso
337 que a Fazenda apontou de ingresso efetivo no primeiro trimestre. O que nós podemos fazer
338 em termos provisórios, até que haja a discussão definitiva? Essa é uma discussão que a
339 gente poderia fazer pra gente ter o mínimo de execução, porque senão ficaremos totalmente
340 travados até a definição final desse negócio... (vários conselheiros falando ao mesmo
341 tempo). **César Dal Bosco:**....(inaudível)o ingresso no primeiro trimestre não chegou aos
342 sete milhões, porque a previsão do ano provavelmente será até inferior a trinta milhões, mas
343 especificamente em relação ao uso do recurso ou alguma coisa assim, ou seja, isso não
344 resolve o problema de vocês. Eu sugeriria que ao menos a questão da repartição do recurso
345 como ele coloca ali e pra que secretarias vai. E isso pode ser mantido no futuro a medida
346 que ingresse o recurso, mas a decisão é dos senhores. **Heloísa Fiori:** me desculpe
347 contentar, mas é que dentro da reunião da CTPA o representante dos geradores de energia
348 textualmente colocou, está no relatório, que foi atípico, que eles tiveram uma geração, uma
349 produção muito maior do que o esperado e a tendência é que com as chuvas a geração de
350 energia será muito maior. Então a arrecadação será muito maior que sete milhões nesse
351 primeiro trimestre. Então o senhor está pensando negativo, nós estamos pensando positivo.
352 Nós estamos colocando aqui o que foi dito pelo representante do Comitê Taquari-Antas, do
353 Comitê Pardo e por ele representantes na CTPA dos geradores de energia, Júlio Salecker
354 que a projeção é de uma maior geração e maior arrecadação. Nós não temos armas pra
355 decidir, se um que dá o dinheiro e diz que mensalmente os geradores colocam na conta da
356 ANEEL o recurso e em dois meses haverá o repasse pra o estado; nós estamos no meio
357 disso entre a Fazenda e o FRH o que a gente faz? Realmente é difícil, todas as nossas
358 angústias foram colocadas naquele relatório, tudo foi debatido, inclusive sequer uma
359 suplementação, não tem condições de tirar do Fundo, que veja uma outra rubrica, um outro
360 fundo, no caso seria o Tesouro pra dar suplementação se é prioridade de Governo. Eu acho
361 que tem que considerar o que é prioridade de Governo. Planos de bacias são prioridades?
362 São! Irrigação é prioridade? É! Plano de Saneamento é prioridade? É! Então nós temos que
363 nos debruçar em cima disso, mas respeitando os percentuais aprovados em resolução por
364 este conselho. Qualquer coisa além em termos de suplementação, que não possa ser usado
365 dentro dos nossos poucos recursos, seja usada outra fonte, outro Fundo, no caso o
366 Tesouro. **Presidente Carlos Fernando Niedersberg:** desculpe, mas realmente eu acho
367 que é uma visão fora da realidade. Se a gente conseguisse os recursos do fundo seria uma
368 vitória inédita. Sonhar com recursos extra fundo, não tem a menor possibilidade. **Heloísa**
369 **Fiori:** mas não somos nós que estamos pedindo suplementação, quem pede a
370 suplementação tem que visualizar uma outra fonte. **Presidente Carlos Fernando**
371 **Niedersberg:** o Cesar nos relatou aqui que as dificuldades financeiras do estado são



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

372 imensas. A gente vai disputar recurso com um conjunto de obras do estado, seja rodovia,
373 seja saúde, enfim, todas as prioridades aqui elencadas, obviamente a gente gostaria que
374 fossem atendidas, mas eu particularmente não tenho a menor ilusão que a gente vá
375 conseguir. **Mário Rangel:** a Heloísa colocou que essas suplementações não fossem tiradas
376 do Fundo de Recursos Hídricos, porque se existe um projeto, um orçamento aprovado por
377 esse conselho e esse processo tem que ser respeitado. Se uma secretaria pede uma
378 suplementação de recursos, muito bem, ela precisa, tem obras pra fazer, mas que este não
379 seja retirado daquilo que já foi estipulado por este conselho. **Presidente Carlos Fernando**
380 **Niedersberg:** agora ficou claro, se foi isso que ela propôs, se vai ser esse o limite que vai
381 ser disputado. Sinceramente pela minha experiência de agente governamental, não acredito
382 que a gente leve o total da pedida. Eu acho que a gente pode ir lá pra ver se consegue um
383 pouco mais do que os trinta, que mais ou menos, que a Fazenda está enunciando que vai
384 ser possível. Agora a minha grande preocupação é que ao lado da gente ir fazer essa
385 disputa na essência política por recurso, a gente fique como o Marco relatou aqui,
386 imobilizados, sem poder gastar nada, até isso ser resolvido. Isso me preocupa bastante,
387 gostaria que a gente tivesse uma deliberação que a Fazenda cobre, de que este conselho
388 defina quais são suas prioridades. Essa é a minha preocupação aqui exposta, a maioria do
389 conselho entendeu de que não deveríamos fazer essa discussão hoje. **Valmir Rosa**
390 **Silveira:** Esses projetos que estão em tramitação na Celic importam em quanto? **Marco**
391 **Mendonça:** os da Sema, o valor total é cinco milhões. **Valmir Rosa Silveira:** Se hoje tem
392 disponível sete milhões, esse valor cobre ou não esses projetos? **Presidente Carlos**
393 **Fernando Niedersberg:** cobre. **Valmir Rosa Silveira:** a dúvida que eu tenho é de que
394 quanto mais tempo levar a discussão, esses processos lá que tem prazos de edital, poderão
395 ser retidos se tiver que recomeçar tudo de novo. Então se tem sete milhões, cobre esses
396 projetos que estão lá e se são importantes, já tramitou, eu acho que tinha que acertar isso,
397 pra não perder esses projetos e trabalhar isso como foi discutido aqui. **Mário Rangel:** A
398 liberação desses sete milhões pra esses projetos que já estão em fase de licitação. **Carlos**
399 **Alberto Prade:** através deste relato que foi distribuído pra todos, existem algumas
400 afirmações e estou percebendo que tem uma série de dúvidas no que está escrito aqui.
401 Num determinado no momento a técnica representante da Fazenda, Isabel Jorge, afirmou
402 que existiam sessenta e sete milhões, onde estavam incluídos os da SRO que foi solicitado
403 a suplementação pela Secretaria de Obras em 2013. Destes sessenta e sete milhões, tira
404 dezenove, sobram quarenta e oito que deveria ser o orçamento original. Mais adiante
405 disseram que o orçamento do fundo pra 2012 (2013), que seria bom pensar em termos de
406 trinta milhões, porque há uma arrecadação abaixo, resultada pelo que a senhora disse era
407 um caso atípico. É claro que duas hipóteses são alternativas, são sempre estimativas. Uma
408 de quem afirma que esses sete milhões são atípicos e outra é que, como por base esses
409 sete milhões, como a Fazenda está fazendo, pra estimar que trinta milhões é o máximo que
410 nem vai dar. As duas são hipóteses, portanto eu me somo ao colega que fez uma
411 proposição bastante lógica; vamos ver o que já está na Celic, quanto importa os quatro e
412 mais os três que já estão na Celic; tem quatro que já estão em base de cálculo, três que
413 estão ainda em análise, em estágio mais atrasado, mas são sete que já estão lá. Claro que
414 deve ter uma quantidade muito maior pra entrar. Mas se nós temos um dos recursos finitos,
415 pra uma quantidade grande, uma demanda muito maior do que o recurso atende do fundo
416 de recursos hídricos é uma questão lógica, quem já está com o processo na Celic não
417 importa a participação que foi votada aqui e num caso esporádico destes, eu acho que deve
418 ser considerado o que já está lá. Os sete milhões dá a entender que não é colocado ao final
419 de cada trimestre, é ao final de cada mês. Então já se passou mais de um mês, não é mais
420 sete, tem mais um mês lá no FRH, logo em seguida terá mais outro mês. Então é o
421 seguinte, na medida em que for sendo somado, mas a Fazenda funciona com orçamento,
422 obviamente e esse orçamento qual é? É o quarenta e oito? É o sessenta e sete? É os trinta?
423 Menos de trinta não pode ser, porque ser uma suplementação, suplementa um orçamento
424 já existente. Se ele era quarenta e oito, não pode baixar pra dez. Uma coisa óbvia. Pra trinta



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

425 ainda vamos supor razoável, mas de quarenta e oito pra dez, não pode. Essa
426 suplementação suplementa o orçamento votado, qual é o orçamento votado? É quarenta e
427 oito, mais o dezenove da suplementação, dá os sessenta e sete. Então eu concordo com o
428 colega de que deva ser priorizado os processos que já se encontram na Celic. **Cezar Dal**
429 **Bosco:** A questão que o senhor destacou de que a colega teria colocado que teria uma
430 disponibilidade de sessenta e sete milhões, isso é o que está lançado no orçamento. Então
431 o orçamento nada mais é que uma previsão de receitas e despesas, ou seja, o que foi
432 colocado pelo subsecretário é que com o efetivo ingresso do recurso, esse recurso será
433 repassado, se for trinta, quarenta e dois, ou mesmo esse sessenta. Agora, parece que neste
434 ano, talvez seja uma previsão maior, será superior aos trinta milhões. A questão é, tem que
435 ter essa previsão de receita, que o primeiro trimestre aponta que vai ser trinta. Não sendo
436 menos de trinta é o que está no e-mail do subsecretário, pode ser repassado o recurso com
437 o efetivo ingresso. Agora não dá pra partir do pressuposto que o orçamento vai dar quarenta
438 e oito milhões. A gente tem que trabalhar com valor inicialmente... (inaudível). **Presidente**
439 **Carlos Fernando Niedersberg:** pra mim se o plenário concorda, esse encaminhamento
440 feito pelo representante da SEINFRA e reforçado pelo representante da Secretaria da
441 Ciência e Tecnologia é pertinente, ou seja, vamos pedir novos esclarecimentos, vamos fazer
442 um debate, pra assegurar nesse primeiro momento todos aqueles pedidos que já estejam
443 em fase de licitação sejam assegurados pelos recursos existentes. **Cezar Dal Bosco:** Na
444 verdade esses sete milhões são suficientes para iniciar esses projetos? Qual é o valor total?
445 **Marco Mendonça:** É pra iniciar os projetos. O valor é em torno de dez milhões, até mais. Só
446 que nós temos outros projetos. Só que pra esses que já estão em fase de licitação, que tem
447 previsão de desembolso iniciais, ele cobriria. É que na realidade eu preciso ter na Celic, a
448 Cage estipulou que tenho que ter um parecer da JUNCOF me garantindo que vai ter
449 recursos pra integralidade de projetos, não só com desembolso inicial, só que eu estou na
450 dependência de que a Fazenda de fato me ateste isso pra que a gente possa dar
451 andamento. Tem projetos que são de dois anos, tem algumas licitações dessa que são dois
452 anos, então o desembolso se dá em dois anos. **Daniel Schmitz:** eu gostaria de incluir um
453 quinto item, que fosse possível em cima das novas atualizações do recolhimento ou
454 destinação de recursos para usos dos recursos hídricos nos próximos dois meses que
455 houvesse a partir daí uma nova projeção da Secretaria da Fazenda que não engessasse em
456 trinta milhões, de repente, uma outra projeção que venha a ser desmentida pela nova
457 realidade de geração de energia que poderá implementar recursos ao fundo, pra gente não
458 ficar daqui a pouco projetando em trinta milhões e chegar no final do ano com cinquenta
459 milhões e nós com orçamento de trinta. Então, que tivéssemos dois anos ainda o
460 acompanhamento para ver o comportamento da entrada de recursos do fundo pra poder
461 definir esse valor. Então que fosse um período ainda de tatear, não de engessar agora em
462 trinta milhões pra uma projeção que pode incorrer a um problema climático. **Presidente**
463 **Carlos Fernando Niedersberg:** Isso faz parte do objeto da negociação, a gente não vai
464 chegar lá pedindo os trinta que a Fazenda já está oferecendo. A gente vai tentar chegar ao
465 máximo nessa negociação. **Daniel Schmitz:** Desde que a Fazenda não diga que trinta é o
466 teto...(risos). **Presidente Carlos Fernando Niedersberg:** Aprovado o encaminhamento,
467 vamos encerrar por aqui a reunião e esperamos sucesso nas negociações. Agradeceu a
468 presença de todos e eu, Carmem Lúcia Silveira da Silva, Secretária Executiva do CRH/RS,
469 em exercício, lavro esta ata.